

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.274 - SP (2019/0264283-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA  
**ADVOGADOS** : LEANDRO LAMUSSI CAMPOS - SP287544  
FABIO LOPES VILELA BERBEL - SP264103  
THAÍSSA NUNES DE LEMOS SILVA E OUTRO(S) - RJ176186  
ALESSANDRO DA COSTA VETTORAZZI - RJ204718  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Janssen-Cilag Farmacêutica Ltda., com amparo no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 266):

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO AO SAT/GILRAT. FAP. LEI N. 10.666/2003. DECRETO N. 6.957/2009. ACIDENTES DE TRAJETO.

1. A inclusão de acidentes "in itinere" no cálculo do FAP encontra respaldo no art. 21, IV, "d" da Lei nº 8.213/91. Irretroatividade das alterações aprovadas pelo CNPS para 2018.
2. Apelação não provida.

É o relatório.

A questão jurídica referente à fixação de alíquota da contribuição ao SAT, com base em parâmetros estabelecidos por regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Social, teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal:

Tema 554 - Fixação de alíquota da contribuição ao SAT a partir de parâmetros estabelecidos por regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Social.

Nesse contexto, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e este Tribunal Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015:

Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.

Parágrafo único. Negada a existência de repercussão geral no recurso

# Superior Tribunal de Justiça

extraordinário afetado, serão considerados automaticamente inadmitidos os recursos extraordinários cujo processamento tenha sido sobrestado.

Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:

I - o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior;

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior;

III - os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior;

IV - se os recursos versarem sobre questão relativa a prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

Cumpre esclarecer que, somente depois de realizada essa providência, a qual representa o exaurimento da instância ordinária, o apelo nobre deverá ser encaminhado, em sua totalidade, para este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso com repercussão geral reconhecida e em observância aos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelo Tribunal Superior ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão impugnado divergir da decisão sobre o tema objeto da afetação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator